



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Pregão Presencial nº 001/2023

Processo nº 2023.091.000053-4-PR
Data: 28/02/2024

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 263
	Rubrica: 
Processo nº	

Pregão Presencial nº 001/2023





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Pregão Presencial nº 001/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 264
	Rubrica:
Processo nº	

Processo nº 2023.091.000053-4-PR
Data: 28/02/2024

Processo nº. 2023.091.000053-4-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-2073 / 98175-0911, através do Fundo Municipal do Meio Ambiente,** será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o nº 001/2023 para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia 05 de abril de 2024, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Proposta Comercial e Planilha de Custos Unitários (orçamentária) – Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato – Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento – Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas – Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação – Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP – Anexo VI

1.4.7- Termo de Referência – Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Comissão Permanente de Licitação	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Rubrica: Pregão Presencial nº 001/2023	
Processo nº	

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada em serviços de plantio de árvores, em área urbana com fornecimento de mudas e execução de serviços de plantio e manutenção, definidas por áreas urbanas especificadas do município, tais como canteiros centrais de avenidas, rotatórias, praças, ruas e afins do município de Campos dos Goytacazes/RJ, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo,



Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

Comissão
Permanente
de
Licitação
Processo nº

Fls.:

267

Rubrica:

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1 - Além disso, deverá ser apresentada a Planilha de Custos Unitários (orçamentária), que deverá ser elaborada em estrita observância aos itens da planilha orçamentária que consta nos Anexos I do presente edital.

6.1.2- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado,



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Comissão Permanente de Licitação	268
Rubrica:	
Processo nº	Pregão Presencial nº 001/2023

registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.**

6.2.1 - Caso não seja apresentada a **PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA**, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope, juntamente com a Planilha de Custos (orçamentária) e Formação de Preços (composições).

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, juntamente com a Planilha de Custos (orçamentária) e Formação de Preços (composições), bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Permanente de Licitação	269 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Processo nº	Pregão Presencial nº 001/2023

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA"** - **"DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia do contrato social e da declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.



SECRETARIA	MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE
Permanente	270
de	Rubrica:
Licitação	Pregão Presencial nº 001/2023
Processo nº	

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.



Comissão Permanente de Licitação	Processo n°
271	

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "**HABILITAÇÃO**" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Comissão Permanente de Licitação	272
Rubrica:	
Processo nº	

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta ou de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do subitem 7.6 e seguintes.

7.19.1 - Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 - Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Processo n°	243
Permanentemente de Licitação	Rubrica:

- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;



8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Permanentemente de Licitação	Ms. 275
Rubrica:	[Assinatura]
Processo nº	

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Pregão Presencial nº 001/2023

8.2.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.14.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.14.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1- O Balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade,



devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.2 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final efetivamente vencido pela empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 277
	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
	Pregão Presencial nº 001/2023
Processo nº	

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.5.2 - Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Poder Judiciário, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Os licitantes deverão apresentar os documentos exigidos no item 10 do Termo de Referência elaborado pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente – anexo VII deste edital.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Processo nº	278
Permanente de Licitação	Rubrica:
Pregão Presencial nº 001/2023	

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9.3- Os recursos e contrarrazões recursais poderão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 279
Processo nº	Rubrica:

e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso no serviço objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código correspondente, relativo ao Programa de Trabalho nº 18.542.0058.2051, pela Natureza de Despesa nº 339039.

12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- O prazo total para a execução dos serviços objeto deste Pregão será de 12 (doze) meses, conforme previsto no item 22 do Termo de Referência (Anexo VII).

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir, a partir do recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela Contratante.

12.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Comissão Permanente de Licitação	280
Rubrica:	Pregão Presencial nº 001/2023
Processo nº	

12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1 - O licitante vencedor desta licitação terá que executar o serviço de acordo com especificações do Termo de Referência.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, quando contratado, será executado de forma indireta em regime de empreitada por preço unitário.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação do **FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

13.2 - A(s) Contratada(s) deverá(ão), conforme previsto no item 19 do Termo de Referência, deverá prestar garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato para o objeto da presente licitação, podendo optar por uma das modalidades listadas abaixo:

seguro-garantia;
dinheiro;
título da dívida pública;
fiança bancária.

13.2.1- No caso de título da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.2.2- No caso de garantia em dinheiro, esta deverá ser depositada em conta a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda e o comprovante de depósito deverá ser apresentado na Tesouraria da Secretaria, onde será entregue a Guia de Recolhimento de Receitas Diversas.

14- DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1 - As solicitações de esclarecimentos e as impugnações editalícias poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº**



47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15- DO VALOR

15.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 1.281.262,89 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

16- DO PAGAMENTO

16.1 - Pelo serviço objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total que vier a ser pactuada, de forma parcelada, em moeda corrente nacional até o 30º (trigésimo) dia da data de apresentação da respectiva nota fiscal/ fatura, conforme cronograma de execução previsto no Termo de Referência.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo do Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da Contratante será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.5- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Fundo Municipal do Meio Ambiente.



SECRETARIA	MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE
Permanente de Licitação	Rubrica: 282 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Processo nº	Pregão Presencial nº 001/2023

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

16.6- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.7- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, pra fins de substituição.

16.7.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

16.8- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17 - DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses.

17.2 - Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser adotado índice oficial divulgado pelo Governo Federal.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.


18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 283
	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
	Pregão Presencial nº 001/2023
Processo nº	Rubrica: 

Processo nº 2023.091.000053-4-PR
Data: 28/02/2024

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 28 de fevereiro de 2024.



Cláudio Francisco Correa Valadares
Presidente do Fundo Municipal do Meio Ambiente

Cláudio Francisco Correa Valadares
Presidente do FUMMAM



Anexo I - Proposta Comercial, Planilha de Custos Unitários (orçamentária)

ITEM	DESCRIÇÃO (Vide especificação do Termo de Referência).	QUANT	UNID	PREÇO GLOBAL EM ALGARISMOS (R\$)
1	Contratação de empresa especializada em serviços de plantio de árvores, em área urbana com fornecimento de mudas e execução de serviços de plantio e manutenção, definidas por áreas urbanas especificadas do município, tais como canteiros centrais de avenidas, rotatórias, praças, ruas e afins do município de Campos dos Goytacazes/RJ.	01	Unid	
Preço total por extenso:				

O preço acima considera todas as exigências e especificações técnicas contidas no Edital e no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 001/2023, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o serviço.

A validade e condições desta proposta são de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 001/2023, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 285
Processo nº	Rubrica:

Pregão Presencial nº 001/2023

Processo nº 2023.091.000053-4-PR
Data: 28/02/2024

Planilha de Custos Unitários

SERVIÇOS:		SERVIÇOS DE PLANTIO DE ÁRVORES, COM FORNECIMENTO DAS MUDAS, PLANTIO E MANUTENÇÃO, COM UTILIZAÇÃO DE ESPÉCIES DE ÁRVORES APROPRIADAS PARA PLANTIO NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, COM UTILIZAÇÃO DE ESPÉCIES DE OCORRÊNCIA NATURAL NOS ECOSISTEMAS LOCAIS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA.				
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PREÇO	QTD	PREÇO TOTAL
				UNITÁRIO		
01.0 - LIMPEZA DE ÁREA						
01.1	09.005.0001-0 / EMOP 11-2023	REVOLVIMENTO E DESTORROAMENTO DA CAMADA SUPERFICIAL DE GRAMADO, ATE 20CM DE PROFUNDIDADE.	M²	R\$	2.187	R\$
01.2	09.005.0036-0 / EMOP 11-2023	RETIRADA DE MATERIAL PROVENIENTE DE PODA, DE VARREDURA, OU DE LIMPEZAS DIVERSAS, A SER FEITA EM CAMINHÃO C/NO MÍNIMO 4,00 M³ DE CAPACIDADE, COMPREENDENDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE ATE 30KM DE DISTANCIA.	M³	R\$	874,80	R\$
SUB-TOTAL:					R\$	
02.0 - DEMARCAÇÃO E PREPARO DE COVAS (BERÇÁRIO DE PLANTIO)						
02.1	22.020.0010-A / EMOP 11-2023	ALINHAMENTO E MARCAÇÃO DE COVAS.	HA	R\$	2,1712	R\$
02.2	22.028.0040-A / EMOP 11-2023	ADUBAÇÃO QUÍMICA COM FÓRMULA COMPLETA (NPK – 10-10-10) EM GOLAS DE ÁRVORE, INCLUSIVE LIMPEZA E REVOLVIMENTO DO SOLO, FORNECIMENTO E APLICAÇÃO.	UN	R\$	2.187	R\$
SUB-TOTAL					R\$	

**03.0 - FORNECIMENTO DE MUDAS DE ÁRVORES INCLUSIVE TRANSPORTE**

03.1	COTAÇÃO	PALMEIRA JERIVÁ (Syagrus romanzoffiana), COM ALTURA MÍNIMA DE 2,50 METROS DE CAULE.	UN	R\$	459	R\$
03.2	COTAÇÃO	PALMEIRA LICURI (Syagrus picrophylla), COM ALTURA MÍNIMA DE 2,50 METROS DE CAULE.	UN	R\$	310	R\$
03.3	COTAÇÃO	PAU-BRASIL (Pau-brasil echinata), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	80	R\$
03.4	COTAÇÃO	JATOBÁ (Hymenaea courbaril), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	32	R\$
03.5	COTAÇÃO	IPÊ-AMARELO-DO-BREJO (Handroanthus umbellatus), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	48	R\$
03.6	COTAÇÃO	IPÊ-AMARELO (Handroanthus vellosii), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	61	R\$
03.7	COTAÇÃO	IPÊ-ROXO (Handroanthus heptaphyllus), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	157	R\$
03.8	COTAÇÃO	CLARAÍBA (Cordia glabrata), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	12	R\$
03.9	COTAÇÃO	CANELA FERRUGEM (Nectandra rigida), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	42	R\$

Comissão
Permanente
de
Licitação
Processo nº

Fls.:

287

Rubrica:

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Pregão Presencial nº 001/2023

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

03.10	COTAÇÃO	CANELA TAPINHOÃ (Mezilaurus crassiramea), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	46	R\$
03.11	COTAÇÃO	PAU-FERRO (Libidia ferrea), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	54	R\$
03.12	COTAÇÃO	ANGELIM (Andira fraxinifolia), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	48	R\$
03.13	COTAÇÃO	ERITRINA (Erythrina verna), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	171	R\$
03.14	COTAÇÃO	CAROBÁ (Jacaranda brasiliana), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	96	R\$
03.15	COTAÇÃO	PATA-DE-VACA (Bauhinia longifolia), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	70	R\$
03.16	COTAÇÃO	BACUPARI (Salacia elliptica), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	127	R\$
03.17	COTAÇÃO	CAMBUÍ (Myrciaria tenella), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	96	R\$
03.18	COTAÇÃO	GRUMIXAMA (Eugenia brasiliensis), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	78	R\$



03.19	COTAÇÃO	ARACÁ-ROXO (<i>Psidium rufum</i>), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	124	R\$
03.20	COTAÇÃO	SAPUCAIA (<i>Lecythis pisonis</i>), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	42	R\$
03.21	COTAÇÃO	PAINEIRA (<i>Ceiba speciosa</i>), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS.	UN	R\$	34	R\$
SUB-TOTAL					R\$	

04.0 – PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES

04.1	09.002.0001-A / EMOP 11- 2023	PLANTIO DE ÁRVORE ISOLADA ATÉ 2,00 M DE ALTURA, DE QUALQUER ESPÉCIE, EM LOGRADOURO PÚBLICO, INCLUSIVE TRANSPORTE, TERRA PRETA SIMPLES E ESTACA DE MADEIRA (TUTOR).	UN	R\$	2.187	R\$
SUB-TOTAL					R\$	

05.0 – COROAMENTO

05.1	22.030.0010-A / EMOP 11- 2023	COROAMENTO DE PLANTAS COM 1,00 M DE DIÂMETRO.	UN	R\$	4.364	R\$
SUB-TOTAL					R\$	

06.0 – IRRIGAÇÃO

06.1	09.005.0037-A / EMOP 11- 2023	IRRIGAÇÃO DE ÁRVORE E/OU PALMEIRA COM CAMINHÃO PIPA, INCLUSIVE FORNECIMENTO E ÁGUA.	UN	R\$	164.025	R\$
SUB-TOTAL					R\$	



PREFEITURA DE

CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Permanente	289
de	
Licitação	Rubrica: Pregão Presencial nº 001/2023
Processo nº	

Processo nº 2023.091.000053-4-PR
Data: 28/02/2024

07.0 - ENTREGA DE RELATÓRIOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS

07.1	05.001.0060-0	RELATÓRIO FINAL DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA, INCLUSIVE DESENHOS TAMANHO A-1, AUTOCAD, REGISTRO FOTOGRÁFICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DESCRIÇÃO DO ESCOPO DOS SERVIÇOS REALIZADOS, CONFORME RECOMENDAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE. O RELATÓRIO DEVE SER APRESENTADO EM DUAS VIAS.	UN	R\$	12	R\$
SUB-TOTAL					R\$	
SUB-TOTAL GERAL					R\$	
BDI (____ %)					R\$	
Valor Global (com BDI)					R\$	



Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2024

Comissão Permanente de Licitação	290
Processo nº	

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O _____
E A EMPRESA _____.

O _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente(a) do _____ e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 001/2023**, ajustam entre si o presente contrato, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº **2023.091.000053-4-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada em serviços de plantio de árvores, em área urbana com fornecimento de mudas e execução de serviços de plantio e manutenção, definidas por áreas urbanas especificadas do município, tais como canteiros centrais de avenidas, rotatórias, praças, ruas e afins do município de Campos dos Goytacazes/RJ, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;



- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2023.091.000053-4-PR e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.


PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 001/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) executar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	
Comissão Permanente de Licitação	Rubrica: 
Processo nº	Pregão Presencial nº 001/2023

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a realização do serviço, objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. 18.542.0058.2051 e pela Natureza de Despesa N.D. 339039, com cobertura através da Nota Empenho nº ____ de ____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses.

Parágrafo Primeiro: Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser adotado índice oficial divulgado pelo Governo Federal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de





até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação do serviço sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;



Pregão Presencial nº 001/2023	
Permanente	294
de	Rubrica:
Licitação	
Processo nº	

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo total para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será de 12 (doze) meses, de acordo com o termo de referência, sob pena das sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo contratual poderá ser prorrogado desde que observados os termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Em conformidade com o disposto no Edital da licitação na modalidade Pregão nº 001/2023, a **CONTRATADA** está prestando (ou prestará) garantia em _____, no valor de R\$ _____, como segurança do fiel, completo e perfeito cumprimento das obrigações assumidas entre a empresa afiançada e o **CONTRATANTE**, através deste instrumento contratual, conforme documento emitido pela _____, em _____ de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE	Fis. 295
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	Rubrica: [assinatura]
Pregão Presencial nº 001/2023	Processo nº

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 001/2023, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2023.091.000053-4-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de ____ de 2024.

Contratante:

[assinatura]
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Contratada:

Testemunhas:



Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)

CREDENCIAMENTO

Comissão Permanente de Licitação	296
Processo nº	

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº
....., a participar da Licitação instaurada pela **FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2023**, supra-referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2024.

Representante legal da empresa



Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 297
Processo nº	

Ref.: Pregão Presencial nº 001/2023

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2024.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Pregão Presencial nº 001/2023

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Comissão Permanente de Licitação	298 R
Processo nº	

....., (nome da
empresa) CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e
em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente
os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO PRESENCIAL Nº
001/2023**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2024.

Representante legal da empresa

**Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP**
(Modelo)**DECLARAÇÃO**

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 299
Processo nº	Rubrica:

Ref.: Pregão Presencial nº 001/2023

.....(razão social do
licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número
..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena
de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar**
que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e
Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei
Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e
não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei
Complementar, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta
até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de
2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei
11.488/07.

Em de de 2024.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Pregão Presencial nº 001/2023

Processo nº 2023.091.000053-4-PR

Data: 28/02/2024

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 300
	Rubrica: 
Processo nº	

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO URBANO,
MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 301
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Este Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e Lei Federal nº 10.520/02, tem por objetivo a **Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Plantio de Árvores, em Área Urbana com Fornecimento de Mudas e Execução de Serviços de Plantio e Manutenção, Definidas por Áreas Urbanas Especificadas do Município, tais como Canteiros Centrais de Avenidas, Rotatórias, Praças, Ruas e Afins, do município de Campos dos Goytacazes/RJ.**

2. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Campos dos Goytacazes é o município mais extenso do Estado do Rio de Janeiro, com área territorial de 4.032 km². A área urbana do distrito sede é a 17ª maior do Brasil, com 222 km². O município possui uma população de 483.551 habitantes (IBGE 2022), sendo o 5º município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e o 42º mais populoso do Brasil. A área urbana da Cidade de Campos dos Goytacazes encontra-se em permanente processo de expansão, com criação de novos bairros e implantação de novas ruas e avenidas e ampliação de vias já existentes, criando conexões com as áreas de expansão urbana. Para acompanhar a dinâmica do crescimento horizontal da cidade, a arborização urbana deve ser adequadamente implantada, com plantios de árvores em quantidade suficiente e com utilização de espécies que sejam compatíveis com cada local a ser arborizado. A implantação de novas áreas arborizadas e reposição de árvores nas áreas onde ocorreu perdas ao longo do tempo contribuirá para a melhoria da qualidade ambiental da cidade, mediante o desempenho das funções das árvores no ambiente urbano, notadamente na diminuição da temperatura média, eliminando ilhas de calor, na absorção de partículas de poluição e vários outros indicadores ambientais que são melhorados com o incremento na arborização urbana. Considerando que os plantios serão realizados em espaços aptos para arborização e com utilização de espécies arbóreas adequadas, a possibilidade de incompatibilidade das árvores plantadas com os demais equipamentos urbanos como rede elétrica, rede de água e esgoto, entre outros equipamentos será minimizada.

Uma cidade bem arborizada e com estrutura de paisagismo atualizada, agrega maior qualidade de vida e satisfação aos seus munícipes e visitantes. A arborização é considerada eficiente quando contempla os aspectos quantitativo e qualitativo e neste sentido, a meta de se tornar uma cidade bem arborizada implica em planejamento a médio e longo prazo. Grandes quantidades de árvores plantadas em um curto período de tempo, tem alto risco de perdas, pois a estrutura de manutenção deve ser permanente e consequentemente os plantios devem ser escalonados ao longo dos anos. Este escalonamento dos plantios é necessário para equilibrar os custos de plantio, de manutenção e para dar mais longevidade a arborização da cidade. Considerando o tempo médio de vida das árvores em torno de 40 anos, quanto melhor a distribuição dos plantios ao longo dos anos, menor a demanda de reposição e novos plantios no futuro, além da diminuição dos riscos da consolidação dos espaços



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA



urbanos desprovidos de arborização e de ocupações irregulares nos locais reservados para a arborização.

A cidade de Campos dos Goytacazes necessita de significativo plantio de árvores em vários corredores viários que foram construídos sem arborização em seus canteiros centrais, enquanto algumas vias mais antigas possuem canteiros centrais com árvores esparsas, algumas em declínio ou mortas, necessitando de plantios novos e de reposição. A quantidade de árvores a ser plantada nesta etapa completará parcialmente os vazios de arborização da cidade, de forma equitativa, visando não comprometer a capacidade de manutenção das árvores no futuro, gerando uma arborização bem distribuída por bairros e por idade das árvores.

A contratação de empresa para execução de plantio de árvores e respectiva manutenção, inclusive fornecimento das mudas decorre da indisponibilidade de mudas nos viveiros da Prefeitura e de equipe suficiente para realização dos plantios, sendo necessária a contratação de uma empresa que realize o fornecimento de mudas, plantio e manutenção visando a continuidade dos serviços no prazo estipulado, de forma a atender a disponibilidade das árvores dentro do cronograma de realização dos plantios.

3. PROJETO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS

3.1. Conforme Projeto e Planilha orçamentária em anexo.

3.2. No caso de execução de parcelas dos serviços não especificadas neste Termo de Referência, deverão ser observadas as normas da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

4. PERMISSÕES, LICENÇAS E CERTIFICAÇÕES

A contratada deverá providenciar todas as licenças (inclusive as previstas na legislação ambiental), permissões e certificações exigidas por imposição de leis, que sejam necessárias, devendo estimar essas despesas e incluí-las nos preços que oferecer em sua proposta comercial.

5. SEGUROS

A contratada deverá providenciar às suas expensas, os seguros legalmente exigíveis e ainda aqueles que entenderem como necessários para protegê-lo de eventuais danos ao decorrer da execução contratual.

6. TRANSPORTE

A contratada arcará com os dispêndios e será responsável pelo transporte horizontal e vertical necessários ao serviço, bem como, de todos os materiais, ferramentas, máquinas necessárias e as licenças necessárias à execução do objeto do contrato.

7. PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CADASTRO DE GERADORES DE RESÍDUOS

7.1. A empresa vencedora deverá, imediatamente, se cadastrar como geradora de resíduos perante a Prefeitura deste Município na Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SMSP, de acordo com a Lei Municipal nº 8.232/2011. Após a realização do cadastro e sem embargo de outras exigências



porventura solicitadas pela Prefeitura deste Município, o gerador deverá apresentar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, elaborado nos termos do artigo 21 da Lei Federal nº 12.305/2010.

7.2. A empresa vencedora do certame ficará obrigada a elaborar e apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, nos termos do artigo 20 e seguintes da Lei Federal 12.305/2011, como condição para obtenção da Ordem de Serviço a ser expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente. O Conteúdo Mínimo do PGRS e os procedimentos a serem observados, são estabelecidos na Portaria SMSP nº 07/2011.

7.3. O PGRS, elaborado pela empresa vencedora e aprovado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos deverá ser fielmente executado pela mesma. Em caso de Descumprimento, serão autuados pela SMSP nos termos dos artigos 40, 41, 45, 46 da Lei nº 8.232/2011.

7.4. O Manifesto de Resíduos é documento oficial e obrigatório para o gerenciamento e descarte dos resíduos, impresso em 04 (quatro) vias, no aterro de entulhos da Codin ou a outra destinação, tudo conforme aprovado no PGRS.

7.5. A empresa vencedora do certame deverá destinar prioritariamente os resíduos inertes gerados durante os serviços para Aterro de entulhos da Codin. Caso o local para descarte destes resíduos seja outro, ficará a mesma obrigada a apresentar documento comprobatório de que os resíduos estão sendo destinados para aquele local, a fim de dar cumprimento ao que estiver contido no seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

7.6. Em nenhuma hipótese, os resíduos, especialmente os resíduos da construção civil (RCC) poderão ser descartados nos PEVE's (Ponto de Entrega Voluntária de Entulhos), nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº 8.123/2009, pois são destinados exclusivamente para pessoas físicas e em pequenos volumes.

7.7. Nos Casos em que a empresa contratada execute os serviços de remoção de resíduos, por meio de terceiros, ainda assim toda responsabilidade pelo PGRS será da contratada.

8. GUARDA E PROTEÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Também será de responsabilidade da contratada, a guarda de todos os equipamentos, veículos, materiais e ferramentas a serem utilizados na execução do serviço, até a aceitação definitiva do objeto contratado.

9. CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O licitante, antes da apresentação de sua Proposta Comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não lhe será admitido alegar, posteriormente, o desconhecimento de informações ou condições locais para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais.

10. CAPACIDADE TÉCNICAS

10.1. Certidões de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo (s) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da jurisdição da sede da



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO URBANO,
MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE

Comissão Permanente de	Fls.: 304
de	245

licitante, respectivamente, conforme estabelecido pela Lei nº 5.194/66 em especial no seu artigo 69 e pela Lei nº 12.378/10.

10.2. A Validade da Certidão deverá estar em vigor na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

10.3. Comprovação de empresa licitante, em dispor em seu quadro funcional na data da entrega da proposta, de profissional de nível superior, detentor de atestado (s) de Responsabilidade Técnica fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado (s) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedidos pelo CREA ou CAU, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto do pregão.

10.4. A comprovação de que o profissional responsável de nível superior, possuidor do atestado supramencionado integrará o quadro da contratada durante a vigência contratual, poderá ser feita apresentação através da apresentação de um dos seguintes documentos:

10.4.1. Cópia da ficha de registro do empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), quando empregado;

10.4.2. Contrato Social, devidamente registrado, quando diretor ou sócio da Contratada;

10.4.3. Contrato de prestação de serviço; e

10.4.4. Declaração de contratação futura de prestação dos serviços de que trata o objeto desta licitação, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

10.5. Nos casos do subitem 10.4, deverá ser anexado o registro do profissional junto ao CREA ou ao CAU, bem como os respectivos contratos e declarações individuais por escrito, dos profissionais apresentados autorizando sua inclusão na equipe técnica e confirmando a sua futura participação na execução dos trabalhos.

10.6. Na hipótese do profissional (detentor do atestado) já estiver arrolado como responsável técnico na Certidão de Registro da Licitante emitida pelo CREA ou CAU, fica dispensada a exigência do subitem 10.4

10.7. Atestado de Visita Técnica, emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente (SEMPUMMA) ou Declaração, emitida pela própria licitante, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos serviços a serem executados, não podendo alegar posteriormente o desconhecimento das mesmas.

10.8. A visita técnica poderá ser realizada por qualquer profissional indicado pela licitante. Neste caso, a visita será realizada até o último dia útil que anteceder a data fixada para apresentação das propostas e deverá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente – Avenida Osvaldo Cardoso de Melo, nº 1233 – Parque São Caetano - Campos dos Goytacazes – RJ.

10.09. Por ocasião da visita, será emitido Atestado de Visita expedido pela SEMPUMMA..

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

11.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até quinze dias da comunicação escrita do contratado;

11.2. Definitivamente, por servidor ou Comissão designada para este fim, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação de 45 (quarenta e

cinco) dias, contados a partir da comunicação escrita do contratado, a que se refere o subitem anterior.

12. PRAZOS DAS EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses;

12.2. O contrato pode ser prorrogado até o prazo permitido no art. 57 da Lei nº 8.666/93, suas alterações;

12.3. O prazo para o início dos trabalhos é de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da "Ordem de Serviço". Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o de vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias em que houver expediente de trabalho normal na Prefeitura.

13. ESPECIFICAÇÃO / QUANTIDADES

Contratação de empresa especializada no fornecimento, plantio e manutenção de 2.187 (duas mil, cento e oitenta e sete) mudas de árvores, englobando fornecimento, preparação de área de plantio, plantio e manutenção nas especificações contidas no presente TR e de acordo com a planilha orçamentária em anexo.

14. VALOR ESTIMADO DO OBJETO

14.1. Foi realizada pesquisa da Tabela EMOP, para plantio e manutenção de 2.187 (duas mil, cento e oitenta e sete) mudas de árvores, englobando preparação da área do plantio, plantio e manutenção. Para o item fornecimento de mudas foi realizada **pesquisa de mercado** (cotação), para fornecimento de 2.187 (duas mil, cento e oitenta e sete) mudas de árvores, pois na Tabela EMOP não tem disponível as especificações das espécies arbóreas, conforme estabelecido no projeto de arborização "Vias Verdes de Campos" e no presente Termo de Referência.

14.2. O valor estimado dos serviços objeto deste Termo de Referência é de **RS 1.281.262,89 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos)**, apurados conforme o orçamento detalhado, expressando a composição dos custos unitários, constante das planilhas em anexo, inclusive o DBI.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Pela execução do objeto deste Termo de Referência a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) deverá pagar à contratada, através do Fundo Municipal de Meio Ambiente, a importância total que vier a ser pactuada (de acordo com o cronograma constante no contrato a ser assinado em caso de adjudicação e parte integrante do Edital conforme instruções do Fundo Municipal de Meio Ambiente), cuja data final de cada período de adimplemento deverá ser consignada em parcelas.

15.2. Os valores a serem pagos deverão ser apurados nas medições a serem procedidas pela contratada e aprovadas pela fiscalização.

15.3. As medições procedidas pela Contratada serão conferidas pela Fiscalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente, que constatando a regularidade das mesmas, providenciará o prosseguimento do processo de pagamento respectivo.



16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

Será adotado como critério de julgamento das propostas o Menor Preço Global, onde vence a licitante que oferta o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas, sendo o regime de execução a empreitada por preço unitário.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Além das obrigações já definidas neste Termo de Referência, o Edital e o Contrato de Licitação deverão impor à empresa que vier a ser contratada, as seguintes outras obrigações de caráter geral, durante a vigência do Contrato:

17.1.1. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

17.1.2. Arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os equipamentos e materiais a serem fornecidos e utilizados nos serviços previstos;

17.1.3. Fornecer todos os materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços previstos;

17.1.4. Entregar os serviços concluídos, livres e desembaraçados de quaisquer materiais e equipamentos utilizados em sua execução, incluindo a limpeza das áreas adjacentes, quando afetadas pela execução dos serviços.

17.1.5. Certificar-se, respondendo pelos eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas possíveis subcontratadas fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como capacete, botas, luvas, capas, óculos e outros adequados à prevenção de acidentes, previstos em leis e regulamentos concernente à segurança, higiene e medicina do trabalho; a fiscalização do contratante poderá determinar a paralisação dos serviços enquanto os empregados não portarem tais equipamentos, correndo os respectivos ônus por conta da contratada e mantendo-se inalterados os prazos de execução dos serviços;

17.1.6. Responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos e subordinados;

17.1.7. Fornecer aos seus empregados uniformes adequados, exigindo e fiscalizando o seu uso, bem como a identidade funcional, o que também exigirá dos empregados das possíveis subcontratadas;

17.1.8. Responder exclusiva e integralmente, perante o contratante, pelos fornecimentos e serviços contratados, inclusive aqueles que subcontratar a terceiros;

17.1.9. Utilizar na execução dos serviços, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável;

17.1.10. Atender aos pedidos fundamentados do contratante para substituir ou afastar quaisquer empregados;

17.1.11. Programar e propor métodos de trabalho e de utilização dos equipamentos a serem empregados na execução dos serviços, submetendo-os a apreciação da Fiscalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente, atendendo, imediatamente, à notificação escrita desta para alterá-los, seja com o fim de ajustá-los às necessidades do serviço ou de suplementar mão de obra ou



equipamento deficiente ou insuficiente, sem prejuízo das penalidades que couberem pelo não atendimento;

17.1.12. Manter as áreas de trabalho constantemente limpas e desimpedidas, livres de monturos, detritos, materiais imprestáveis, refugos ou sucatas;

17.1.13. Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

17.1.14. Acatar as determinações do contratante no sentido de reparar e/ou refazer, de imediato, os serviços executados com vícios, defeitos ou incorreções;

17.1.15. Substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais não estiverem de acordo com as especificações;

17.1.16. Transportar, para local apropriado, aprovado pelo contratante, os materiais de “bota-fora”, entulhos e lixos de qualquer natureza, provenientes da execução dos serviços;

17.1.17. Adotar todas as medidas e precauções tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, porém sempre responsável por quaisquer consequências decorrentes desses danos e pelos atos por eles praticados;

17.1.18. Providenciar as Permissões, Licenças e Certificações exigíveis para a execução de quaisquer das etapas dos serviços;

17.1.19. Apresentar o registro no RENASEM para o fornecimento das mudas, que serão utilizadas na execução do objeto;

17.1.20. A Contratada deverá apresentar à Subsecretaria de Meio Ambiente, representada pelo Fiscal de Contrato indicado, relatório analítico mensal impresso e em formato digital, até o quinto dia útil do mês subsequente, impreterivelmente;

17.1.21. A Contratada deverá apresentar relatório analítico complementar, nos casos de término da execução referente a cada local designado para realização dos serviços de plantio de árvores;

17.1.22. A Contratada deverá apresentar junto ao relatório analítico mensal, impresso e em formato digital o relatório georreferenciado através das coordenadas UTM – SIRGAS 2000 ou WGS 84 das espécies plantadas, contento o local de plantio, sua identificação, fotos e datas dos plantios, até o quinto dia útil do mês subsequente, impreterivelmente;

17.1.23. Apresentar toda e qualquer documentação solicitada pelo fiscal do contrato, pertinente à execução do objeto.

18. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

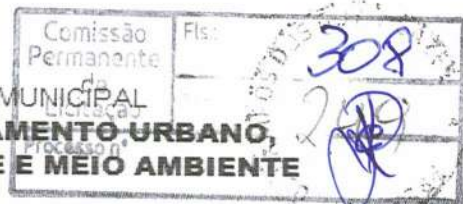
18.1. A CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

18.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Contrato;

18.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

18.1.3. Comunicar à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

18.1.4. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;



18.1.5. A execução da presente licitação será acompanhada e fiscalizada por um ou mais funcionários especialmente designados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente do município.

19. DA GARANTIA DO CONTRATO

19.1. A garantia do contrato será prestada antes da sua lavratura ou no máximo até o quinto dia útil posterior a assinatura do respectivo termo, conforme o caso, mediante Guia de Recolhimento, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato a ser celebrado e será restituída, após o Recebimento Definitivo do objeto contratual, mediante requerimento da Contratada, obedecidas as normas aplicáveis a espécie.

19.2. Será exigida da licitante adjudicatória, nos termos do disposto no art. 56 da Lei Federal 8.666/93, a prestação de uma das seguintes modalidades de garantia de execução contratual:

- fiança bancária;
- seguro-garantia;
- caução em dinheiro ou título da dívida pública.

19.3. No caso de título da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

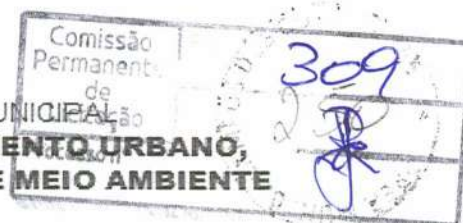
19.4. A garantia do contrato destina-se a assegurar o cumprimento das normas, a boa e fiel execução do contrato, e ao pagamento de eventuais multas.

20. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

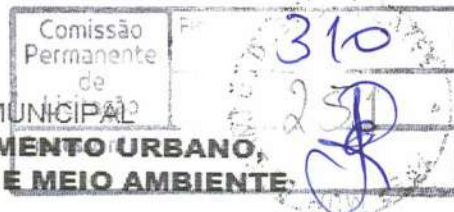
20.1. Fornecimento de 2.187 (duas mil, cento e oitenta e sete) mudas para o plantio de árvores nativas em vias públicas estabelecidas previamente pela Subsecretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente do município e aprovado pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente. As mudas deverão possuir **porte mínimo de 2,50 metros de altura e diâmetro (DAP) dentro da média de 2,0 a 3,5 centímetros**, exceto as espécies *Hymenaea courbaril*, *Nectandra rigida*, *Mezilaurus crassiramea*, *Andira fraxinifolia*, *Salacia elliptica* e *Lecythis pisonis*, que poderão ser fornecidas no porte mínimo de 1,50 metros de altura, com diâmetro de caule dentro da média de 1,5 a 2,5 centímetros. Todas as mudas deverão estar isentas de doenças e sem comprometimento da gema apical. As espécies *Syagrus romanzoffiana* e *Syagrus picrophylla* deverão possuir porte de no mínimo 2,0 metros de caule, com diâmetro dentro dos padrões da espécie.

20.1.1 Relação das espécies de árvores a serem utilizadas e porte mínimo por espécie:

Espécie	Nome científico	Altura mínima (metros)	Diâmetro mínimo (centímetros)
01 - Palmeira Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	2	-



02 - Palmeira Licuri	<i>Syagrus picrophylla</i>	2	-
03 - Pau-brasil	<i>Paubrasilia echinata</i>	2,5	2
04 - Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	1,5	1,5
05 - Ipê-amarelo-do-brejo	<i>Handroanthus umbellatus</i>	2,5	2
06 - Ipê-amarelo	<i>Handroanthus vellosi</i>	2,5	2
07 - Ipê-roxo	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	2,5	2
08 - Claraíba	<i>Cordia glabrata</i>	2,5	2
09 - Canela Ferrugem	<i>Nectandra rigida</i>	1,5	1,5
10 - Canela Tapinhoã	<i>Mezilaurus crassiramea</i>	1,5	1,5
11 - Pau-ferro	<i>Libidia ferrea</i>	2,5	2
12 - Angelim	<i>Andira fraxinifolia</i>	1,5	1,5
13 - Eritrina/Mulungu	<i>Erythrina verna</i>	2,5	2



14 - Caroba	Jacaranda brasiliana	2,5	2
15 - Pata-de-vaca	Bauhinia longifolia	2,5	2
16 - Bacupari	Salacia elliptica	1,5	1,5
17 - Cambuí	Myrciaria tenella	1,5	1,5
18 - Grumixama	Eugenia brasiliensis	2,5	2
19 - Araçá-roxo	Psidium rufum	2,5	2
20 - Sapucaia	Lecythis pisonis	1,5	1,5
21 - Paineira	Ceiba speciosa	2,5	2

20.2. Preparação da área para plantio.

20.2.1. Limpeza e roçada da área

20.2.1.1. Deverá ser efetuada a limpeza da área a ser plantada, retirando-se entulhos e galhos secos que porventura existam no local e roçada da vegetação herbácea invasora.

20.2.2. Combate às formigas cortadeiras: deverão ser efetuadas inspeções nas áreas de plantio com o objetivo de identificar a presença de formigas cortadeiras três dias antes do início do plantio. Sendo o caso de existir a presença de formigas, o controle deverá ser feito através do uso de dispositivos mecânicos que impeçam o ataque das formigas, evitando-se o uso de controle químico, através de isca formicida, que só será admitido em casos excepcionais, com controle que impeça riscos à fauna silvestre e doméstica.

20.2.3. Espaçamento e dimensão das covas (berçário de plantio)

20.2.3.1. Deverá ser obedecido o espaçamento mínimo de 8 metros entre as covas (berçários);

20.2.3.2. As covas deverão ter dimensões compatíveis com o volume do sistema radicular das mudas, com medidas mínimas de 0,40x0,40x0,40 metros.



PROTEÇÃO DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL
**DE PLANEJAMENTO URBANO,
MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE**



20.2.4. Correção do solo e adubação das covas: a correção do solo, mediante a aplicação de calcário e a adubação deverá ser efetuada nas covas antes do plantio, mediante análise de fertilidade dos solos por amostragem e considerando as necessidades médias das árvores, podendo ser utilizada adubação química e/ou orgânica previamente ao plantio, para sua melhor incorporação ao solo e assimilação pelas plantas.

20.2.5. Plantio

20.2.5.1. A distribuição das árvores deve ser feita de forma a ser respeitada a escolha das espécies a serem plantadas em cada local, conforme consta deste Termo de Referência e do projeto básico.

20.2.5.2. Os recipientes (sacos plásticos, vasos, ou tubetes) das mudas devem ser removidos sem desmanchar os torrões que envolvem as raízes;

20.2.5.3. Após o plantio, as mudas deverão ser coroadas, de modo a formar uma pequena bacia no entorno destas, com o objetivo de reter maior volume de água e impedir a competição de ervas daninhas. O coroamento deverá ser repetido pelo menos uma vez após o plantio, num intervalo de 3 (três) a 6 (seis) meses, após o plantio, visando manter a muda livre de plantas invasoras nos primeiros meses de seu crescimento;

20.2.5.4. O tutoramento deve ser compatível com cada espécie de árvore, devendo ter a capacidade de suportar o peso da árvore e seu crescimento pelo tempo mínimo de 1 ano, podendo ser uma estaca de eucalipto, ou outro material compatível com aproximadamente 3,0 m de altura, sendo as mudas amarradas ao tutor por no mínimo três barbantes de sisal, em formato de "8".

20.2.5.5. A irrigação deverá ser executada, preferencialmente com água de reúso, após o término do plantio até o encharcamento do solo da cova, com 03 (três) irrigações semanais, durante 06 (seis) meses sendo no mínimo duas vezes por semana ou quando não houver chuvas no intervalo de 05 (cinco) dias.

20.2.5.6. Por ocasião da distribuição das mudas para cada via a ser arborizada, deve constar em relatório qualquer ocorrência de perdas de árvores antes do término do plantio na referida via.

20.2.5.7. Recolhimento de ART de Plantio.

20.2.5.8. Realização de manutenção após cada plantio, por período de 6 (seis) meses, indicando as atividades e frequência de manutenção.

20.2.5.9. Adubação de cobertura

20.2.5.10. A roçada da área deverá ser feita de modo a controlar a vegetação herbácea (gramínea e outras espécies invasoras), deixando-a rente ao solo;

20.2.5.11. Controle de pragas e doenças: deverão ser efetuadas inspeções mensais nas áreas de plantio, visando identificar a presença de pragas (formigas ou outras) e doenças que causem a má formação da muda, tomando-se as medidas necessárias para combater as pragas e as doenças, quando for o caso;

20.2.5.12. Replantio de mudas mortas

20.2.5.13. As mudas plantadas que vierem a morrer por causas diversas, sem responsabilidade da empresa (queimadas, vento, chuvas fortes, vandalismo, dentre outros) deverão ser substituídas por outras, dentro do quantitativo contratado. As mudas que vierem a morrer por conta da má manutenção deverão ser fornecidas sob responsabilidade da empresa contratada, nos mesmos padrões de qualidade e condições fitossanitárias.



20.2.5.14. No caso de substituições, deverá ser respeitado o uso das mesmas espécies constantes deste Termo de Referência, salvo em caso de indisponibilidade no mercado e sendo o caso, o uso de outras espécies substitutas deve ser realizado mediante aprovação da contratada.

20.2.5.15. No caso em que não houver disponibilidade de espaço para plantio do quantitativo de árvores previstas para cada logradouro indicado no projeto básico, novos locais deverão ser indicados para alocação dos plantios não realizados em cada logradouro.

20.3. Relatório. Os relatórios de execução dos serviços deverão ser entregues até o quinto dia útil de cada mês, exceto o relatório do item 20.2.5.13, por referir-se às perdas eventuais decorrentes de causas que não sejam de responsabilidade da contratada, cujo relatório deverá ser apresentado imediatamente após a ocorrência.

21. FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos serviços será realizado na quantidade e nas especificações constantes deste Termo de Referência, divididos nos 12 (doze) meses de vigência do contrato, sendo 6 meses de plantios e respectivos seis meses de manutenção para cada local a receber os serviços de plantio.

22. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços de plantio e manutenção de mudas de árvores serão realizados no prazo de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

23. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os plantios serão realizados em 31 vias públicas, no distrito sede do município, sendo os locais divididos em zonas, para facilitar o cronograma de serviços, conforme descrição abaixo:

Foram levantadas entre ruas, avenidas e travessas, um total de 31 logradouros, totalizando uma estimativa de 2.187 novos plantios de árvores.

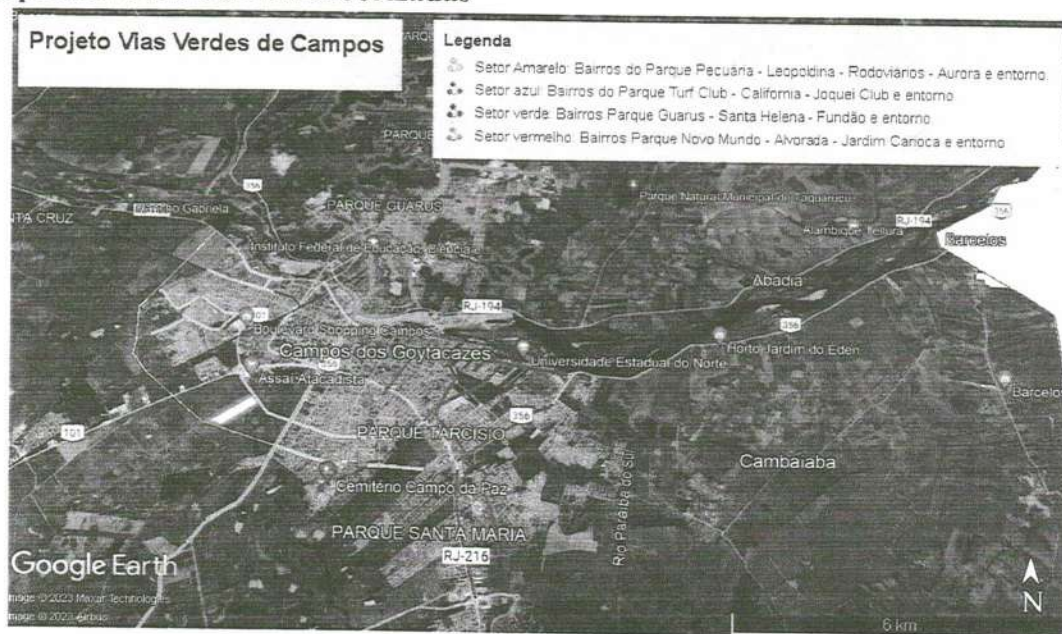
23.1 – Dos Logradouros:

- 1 - Avenida Hélio Montezano
- 2 - Avenida Cristóvão Lizandro de Albernaz
- 3 - Avenida Campista
- 4 - Avenida Demerval de Albernaz Crespo
- 5 - Avenida Petrópolis
- 6 - Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto
- 7 - Avenida Zuza Mota
- 8 - Avenida Professora Carmem Carneiro
- 9 - Parque Lagoa do Vigário (Avenida Tancredo Neves até a Lagoa e trevo)
- 10 - Avenida Tancredo Neves
- 11 - Estrada da Condin (entre o CEASA e a CODIN)
- 12 - Avenida Carlos Alberto Chebabe (BR101)
- 13 - Avenida Bartolomeu Lisandro / Avenida Francisco Lamego
- 14 - Avenida Presidente Vargas
- 15 - Avenida XV de Novembro
- 16 - Rua Visconde de Alvarenga
- 17 - Rua Pero de Góes

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 313
Processo nº	P

- 18 – Rua Aires de Brito
- 19 – Canteiro Central do Loteamento Danha I
- 20 – Travessa José Naked
- 21 – Avenida Nilo Peçanha
- 22 – Trevo da Avenida Nilo Peçanha (Praça do Índio)
- 23 – Avenida José Alves de Azevedo (da avenida XV de novembro até Estrada do Capão – Próximo da Chatuba)
- 24 – Avenida 28 de março (I- em frente à praça do Senai / II- rotatória da Felipe Uêbe / III- rotatória da Avenida Presidente Kennedy)
- 25 – Avenida Nossa Senhora do Carmo
- 26 – Avenida Arthur Bernardes
- 27 – Avenida Alberto Lamego
- 28 – Avenida Felipe Uebe
- 29 – Avenida Presidente Kennedy
- 30 – Rua Carlos Américo da Silva Alves (Canal Coqueiros)
- 31 – Avenida Lourival Martins Beda.

23.2. Mapa das áreas a serem arborizadas



Assinatura

24. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental deve ser observada em todas as etapas do serviço de plantio e manutenção e deve minimamente contemplar a destinação correta dos resíduos gerados, que serão na sua maior parte provenientes da limpeza dos locais a serem arborizados, com a destinação para reciclagem quando couber, ou para locais de destinação devidamente licenciados pelo órgão ambiental, para os resíduos não recicláveis, conforme legislação vigente. Também deve ser observada como requisito de sustentabilidade, os cuidados com as mudas, evitando qualquer dano que implique em necessidade de substituição de mudas, por morte ou perda do padrão fitossanitário ou estético da árvore.



255

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 314
	Rubrica:
Processo nº	

25. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para pagamento dos serviços contratados, serão provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUMMAM, através do Programa de Trabalho 18.542.0058.2051 e Natureza de Despesa 3.3.90.39.

26. GARANTIA DO SERVIÇOS

26.1. A contratada deve apresentar documento de origem das mudas de árvores, indicando a procedência, apresentando documento de inspeção, ou de testado da sanidade das mudas.

26.2. A contratada deverá substituir as árvores que apresentarem má formação, dentro do prazo de vigência de 12 (doze) meses do contrato.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica proibido a subcontratação das atividades de alinhamento e marcação de covas, adubação e plantio de árvores, ficando a contratada passível de punição administrativa e até mesmo o cancelamento do contrato, conforme descrito no Item 28.

28. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

28.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação de serviço e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento, devendo ser exercido pelos fiscais do Contrato, especialmente designado pelo Ordenador de Despesa.

28.2. Quaisquer exigências da fiscalização da contratante inerente ao objeto do presente Termo de Referência deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

28.3. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.

28.4. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, e dentro do prazo estabelecido pela Administração, as partes do objeto deste Edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços, mediante notificação fundamentada com data, hora, local e a parte do objeto a ser reparado, corrigido, reconstruído ou substituído.

29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar, ao Contratado, as sanções previstas no instrumento edilício e contratual, além daquelas penalidades previstas em lei.

30 DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

A modalidade de licitação, ora adotada para a aquisição dos itens e serviços descritos no presente Termo de Referência será a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo em vista se enquadrar como serviços comuns.

256
315
Comissão
Permanente
de
Licitação
Processo nº

31. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

31.1. A Administração convocará formalmente o contratado vencedor para que este, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do contrato, assine e devolva.

31.2. O contrato terá vigência de 12 meses após o recebimento da Ordem de Serviço.

32. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Parte significativa do objeto a ser contratado (fornecimento de mudas de árvores) enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e do Decreto nº 3.555/2000, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente e facilmente definidos no Edital e seus anexos, por meio de especificações usuais praticadas no mercado e a seleção da proposta mais vantajosa poderá ser realizada, do mesmo modo, com base nos preços ofertados, desde que atenda as exigências e especificações técnicas exigidas, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitam de avaliação técnica criteriosa.

33. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser iniciados até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, salvo por motivo de força maior, devidamente justificável.


Cláudio Francisco Corrêa Valadares
Secretário de Planejamento Urbano,
Mobilidade e Meio Ambiente
Matrícula: 66329

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 316
Processo nº	Rubrica: R


257



SERVIÇOS:	SERVIÇOS DE PLANTIO DE ÁRVORES, COM FORNECIMENTO DAS MUDAS, PLANTIO E MANUTENÇÃO, COM UTILIZAÇÃO DE ESPÉCIES DE ÁRVORES APROPRIADAS PARA PLANTIO NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, COM UTILIZAÇÃO DE ESPÉCIES DE OCORRÊNCIA NATURAL NOS ECOSISTEMAS LOCAIS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA.
LOCAL:	CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
BASE DE REFERÊNCIA:	EMOP 11 / 2023 - SCÓRIO 11 / 2023
DATA DO ORÇAMENTO:	28/12/2023

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01.0 - LIMPEZA DA ÁREA						
01.1	09.005.0001-0 / EMOP 11-2023	REVOLVIMENTO E DESTORRIMENTO DA CAMADA SUPERFICIAL DE GRAMADO ATÉ 20CM DE PROFUNDIDADE	M²	2187 M²	R\$ 2,50	R\$ 5.467,50
01.2	09.005.0036-0 / EMOP 11-2023	RETIRADA DE MATERIAL PROVENIENTE DE PODA DE VARREDURA, OU DE LIMPEZAS DIVERSAS A SER FEITA EM CAMINHÃO C/NO MÍNIMO 4,00 M³ DE CAPACIDADE, COMPREENDENDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE ATÉ 30KM DE DISTÂNCIA	M³	874,80 M³	R\$ 40,82	R\$ 35.709,34
						R\$ 41.176,84
SUB-TOTAL						
02.0 - DEMARCAÇÃO E PREPARO DE COVAS (BERÇÁRIO DE PLANTIO)						
02.1	22.020.0010-A / EMOP 11-2023	ALINHAMENTO E MARCAÇÃO DE COVAS	HA	2.171,2 HA	R\$ 326,05	R\$ 707,92
02.2	22.028.0040-A / EMOP 11-2023	ADUBAÇÃO QUÍMICA COM FÓRMULA COMPLETA (NPK - 10-10-10) EM GOLAS DE ÁRVORE, INCLUSIVE LIMPEZA E REVOLVIMENTO DO SOLO, FORNECIMENTO E APLICAÇÃO	UN	2.187 UN	R\$ 2,42	R\$ 5.292,54
						R\$ 6.000,46
SUB-TOTAL						
03.0 - FORNECIMENTO DE MUDAS DE ÁRVORES INCLUSIVE TRANSPORTE						
03.1	COTAÇÃO	PALMEIRA JERIVÁ (Syagrus romanzoffiana), COM ALTURA MÍNIMA DE 2,50 METROS DE CAULE	UN	459 UN	R\$ 210,00	R\$ 96.390,00
03.2	COTAÇÃO	PALMEIRA LICURI (Syagrus picrophylla), COM ALTURA MÍNIMA DE 2,50 METROS DE CAULE	UN	310 UN	R\$ 226,67	R\$ 70.267,70
03.3	COTAÇÃO	PAU-BRASIL (Pau-brasilia echinata), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS	UN	80 UN	R\$ 365,00	R\$ 29.200,00
03.4	COTAÇÃO	JATOBÁ (Hymenaea courbaril), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	32 UN	R\$ 355,00	R\$ 11.360,00
03.5	COTAÇÃO	IPE-AMARELO-DO-BREJO (Handroanthus umbellatus), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS	UN	48 UN	R\$ 365,00	R\$ 17.520,00
03.6	COTAÇÃO	IPE-AMARELO (Handroanthus vellosii), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS	UN	61 UN	R\$ 153,33	R\$ 9.353,13
03.7	COTAÇÃO	IPE-ROXO (Handroanthus heptaphyllus), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS	UN	157 UN	R\$ 153,33	R\$ 24.072,81
03.8	COTAÇÃO	CLARAIBA (Cordia glabrata), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	12 UN	R\$ 566,67	R\$ 6.800,04
03.9	COTAÇÃO	CANELA FERRUGEM (Nectandra rigida), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	42 UN	R\$ 573,33	R\$ 24.079,86
03.10	COTAÇÃO	CANELA TAPINHOÁ (Mezilaurus crassiramea), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	46 UN	R\$ 573,33	R\$ 26.373,18
03.11	COTAÇÃO	PAU-FERRO (Lobelia ferrea), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS	UN	54 UN	R\$ 366,67	R\$ 19.800,18
03.12	COTAÇÃO	ANGELIM (Andira fraxinifolia), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	48 UN	R\$ 370,00	R\$ 17.760,00
03.13	COTAÇÃO	ERITRINA (Erythrina verna), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS	UN	171 UN	R\$ 433,33	R\$ 74.099,43
03.14	COTAÇÃO	CAROBÁ (Jacaranda brasiliana), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	96 UN	R\$ 365,00	R\$ 35.040,00
03.15	COTAÇÃO	PATA-DE-VACA (Bauhinia longifolia), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	70 UN	R\$ 320,00	R\$ 22.400,00
03.16	COTAÇÃO	BACUPARI (Salacia elliptica), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	127 UN	R\$ 568,33	R\$ 72.177,91
03.17	COTAÇÃO	CAMBUI (Myrciaria tenella), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	96 UN	R\$ 567,67	R\$ 54.496,32
03.18	COTAÇÃO	GRUMIXAMA (Eugenia brasiliensis), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	78 UN	R\$ 563,33	R\$ 43.939,74
03.19	COTAÇÃO	ARAÇA-ROXO (Psidium rufum), COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	124 UN	R\$ 430,00	R\$ 53.320,00
03.20	COTAÇÃO	SAPUCAIA (Lecythis pisonis), COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 1,5 A 2,0 CENTÍMETROS	UN	42 UN	R\$ 365,00	R\$ 15.330,00
03.21	COTAÇÃO	PAINEIRA (Ceiba speciosa), COM TAMANHO MÍNIMO DE 2,50 METROS DE ALTURA E DIÂMETRO (DAP) DENTRO DA MÉDIA DE 2,0 A 3,0 CENTÍMETROS	UN	34 UN	R\$ 365,00	R\$ 12.410,00
						R\$ 736.190,30
SUB-TOTAL						

Claudio Francisco Correa Voladres
Presidente do FUNZAM

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 317
	Rubrica: 
Processo nº	

258

04.0 - PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES					
04.1	09.002.0001-A / EMOP 11-2023	PLANTIO DE ÁRVORE ISOLADA ATÉ 2,00 M DE ALTURA, DE QUALQUER ESPÉCIE, EM LOGRADOURO PÚBLICO, INCLUSIVE TRANSPORTE, TERRA PRETA SIMPLES E ESTACA DE MADEIRA (TUTOR)	UN	2187 UN	R\$ 61,75
					R\$ 135.047,25
SUB-TOTAL					R\$ 135.047,25
05.0 - COROAMENTO					
05.1	22.030.0010-A / EMOP 11-2023	COROAMENTO DE PLANTAS COM 1,00 M DE DIÂMETRO	UN	4364	R\$ 2,17
					R\$ 9.469,88
SUB-TOTAL					R\$ 9.469,88
06.0 - IRRIGAÇÃO					
06.1	09.005.0037-A / EMOP 11-2023	IRRIGAÇÃO DE ÁRVORE E/OU PALMEIRA COM CAMINHÃO PIPA, INCLUSIVE FORNECIMENTO E ÁGUA	UN	164.025 UN	R\$ 1,00
					R\$ 164.025,00
SUB-TOTAL					R\$ 164.025,00
07.0 - ENTREGA DE RELATÓRIOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS					
07.1	05.001.0060-D	RELATÓRIO FINAL DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA, INCLUSIVE DESENHOS TAMANHO A-1, AUTOCAÇÃO, REGISTRO FOTOGRÁFICO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E DESCRIÇÃO DO ESCOPO DOS SERVIÇOS REALIZADOS, CONFORME RECOMENDAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE. O RELATÓRIO DEVE SER APRESENTADO EM DUAS VIAS.	UN	12 UN	R\$ 1.852,66
					R\$ 22.231,92
SUB-TOTAL					R\$ 22.231,92
SUB-TOTAL GERAL					R\$ 1.114.141,65
BDI				15%	R\$ 167.121,24
TOTAL GERAL					R\$ 1.281.262,89

Cláudio Francisco Correa Valadão
Presidente do FUMMA